



## PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM BREVE PANORAMA

### *ANTI-RACIST PRACTICES IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES: A BRIEF OVERVIEW*

Jessica Reis Cavalcante Santos. Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana.

jessicarcsantos96@gmail.com

Railane Araujo Santos. Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana.

railanearj@gmail.com

Suzana Alves Nogueira Souza . Professora Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana.

sansouza@uefs.br

Ivy Guedes de Mattos. Professora Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana.

ivyfirmina@gmail.com

#### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar de que forma a educação antirracista está presente nas aulas de Educação Física para representar positivamente o aluno negro na sala de aula. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica com levantamento de obras a partir de 2020, sendo selecionados cinco artigos publicados. Os resultados obtidos apontam que a elaboração de projetos multidisciplinares e interdisciplinares com a inclusão de conteúdos antirracistas no ambiente escolar proporcionam a valorização da cultura afro-brasileira e

#### ABSTRACT

*This study aims to analyze how anti-racist education is present in Physical Education classes to positively represent the black student in the classroom. For this, we carried out a bibliographical research with a survey of works from 2020, being selected five published articles. The results obtained show that the elaboration of multidisciplinary and interdisciplinary projects with the inclusion of anti-racist content in the school environment provides the appreciation of Afro-Brazilian and African culture by students, complying with law 10.639/03 which establishes the*

ÇÃ

africana pelos alunos, cumprindo a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

**Palavras-chave:** educação antirracista; Educação Física; cultura afro-brasileira.

*mandatory teaching of history and culture Afro-Brazilian and African in schools.*

**Keywords:** *anti-racist education; physical education; afro-brazilian culture.*

---

## 1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar constitui-se da pluralidade cultural, quer seja trazida pela própria cultura escolar, pelos hábitos e costumes dos grupos distintos – as professoras, as merendeiras, as gestoras, os porteiros e as/os estudantes, quer pela interculturalidade que amplia as possibilidades de uma convivência entre esses diferentes grupos. Ainda que em pleno Século XXI identificamos no currículo escolar a predominância da cultura branca europeia, sendo que nossa cultura é formada por outras culturas, entre elas a africana. Nesse sentido, este estudo se propõe a analisar as práticas pedagógicas antirracistas nas aulas de Educação Física, visto que as/os alunas/os de escola pública são majoritariamente negras/os e são negados de possuírem uma representatividade devido à visão eurocentrada imposta nas salas de aula, fruto da colonialidade, a qual inferioriza sujeitos não-brancos, principalmente negras/os, que são vítimas de comentários racistas, sendo ridicularizados devido aos seus traços negroides, por exemplo, a cor da pele, o cabelo, o nariz e a boca, uma forma sistemática de discriminação fundamentada pelo conceito de raça (ALMEIDA, 2019).

A partir desse contexto, surge a necessidade de debater essa temática na escola, haja vista a Lei 10.639/03 que foi sancionada em 2003 pelo então presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, sendo uma das mais importantes conquistas da luta antirracista do Movimento Negro. A Lei estabelece a obrigatoriedade da inclusão nos currículos escolares do ensino da História e Cultura Africana e afro-brasileira nas escolas de Educação Básica (BRASIL, 2003). Essa inclusão curricular permite aos professores de diversas disciplinas problematizarem a visão eurocêntrica

na educação, como também refletirem sobre estratégias para implementarem a educação antirracista nas suas aulas, inclusive nas aulas de Educação Física. Destaca-se que já se passaram vinte anos da implementação da referida Lei e muitos currículos ainda não atendem à obrigatoriedade, o que reflete circunstancialmente no espaço educativo. Souza e Fleuri (2003, p. 73) defendem a educação intercultural, “porque ela ultrapassa a perspectiva multicultural, à medida que não só reconhece o valor intrínseco de cada cultura e defende o respeito recíproco entre diferentes grupos identitários, mas também propõe a construção de relações recíprocas entre grupos”.

A relação entre a obrigatoriedade e a educação intercultural deve-se à negação dos conteúdos por parte de muitas/os professoras/es que alegam não terem ferramentas, abordagens pedagógicas para o trato com a temática. A educação intercultural se apresenta como a ponte que pode contribuir para que os currículos educacionais possam dar esse salto. Deste modo, a escolha pelo tema do estudo surgiu após experiências com o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o qual vivenciamos como acadêmicas do curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que gerou inquietações e reflexões sobre a ausência da representatividade negra nas aulas de Educação Física.

Cabe ressaltar que estamos no início da nossa formação como professoras e que tivemos a oportunidade de experienciar um componente curricular que nos aproximou do debate sobre racismo e educação. Como mulheres negras, sabemos a importância de se identificarem e se reconhecerem como negras quando representadas nos conteúdos escolares, como também sabemos que uma educação baseada no eurocentrismo anula nossa negritude e nossa história antes da diáspora africana, impossibilitando-nos de conhecermos a nossa história. Tendo em vista que o etnocentrismo e a colonialidade do poder, conforme Quijano (2005 apud OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 19) “Opera-se, então, a naturalização do imaginário do invasor europeu, a subalternização epistêmica do outro não-europeu e a própria negação e o esquecimento de processos históricos não europeus”, inviabiliza a história das/os negra/os a partir do imaginário do colonizador que apresenta as/os negras/os em posição de subalternidade e inferiorização, negando, dessa forma, as/os alunas/os negras/os a representação em posições superiores ou equidade no currículo escolar.

Assim, a relevância social deste trabalho, destaca-se ao contribuir para a reflexão crítica dos profissionais atuantes na área da educação, para que possam incluir na sua prática pedagógica elementos das culturas africana e afro-brasileira, além de contribuir para a formação da identidade da/o aluna/o negra/o a partir da representatividade positiva nas aulas de Educação Física.

Diante da importância que a Lei 10.639/03 tem no ambiente escolar, estabelecemos a seguinte pergunta de investigação: de que forma a educação antirracista está presente nas aulas de Educação Física? E os seguintes objetivos: a) analisar e apresentar as formas como a educação antirracista está presente nas aulas de Educação Física para promover a representatividade positiva dos alunos negros no ambiente escolar; e b) contribuir para a reflexão crítica dos docentes a respeito da sua prática pedagógica na formação da identidade da/o aluna/o, e da sua identidade docente como agente transformador da sociedade.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

No Brasil, foi desenvolvido e consolidado o racismo estrutural pautado na superioridade racial da cultura branco-europeia, que desvaloriza as culturas minoritárias, como a cultura africana constituinte da nossa cultura (POMIN; CAFÉ, 2020). Esse racismo estrutural e epistêmico ainda persiste pela visão eurocentrada/colonial do negro escravizado e inferiorizado na sociedade. A luta antirracista busca combater o racismo, assim como a superação do etnocentrismo e da exclusão da cultura negra, possibilitando o conhecimento da história africana antes da escravidão, ou seja, da diáspora africana, para os afrodescendentes conhecerem a sua ancestralidade e se apropriarem da sua cultura.

Nesse sentido, uma conquista na luta antirracista do Movimento Negro foi a alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para a Lei nº 10.639/03, em 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para a inclusão obrigatória no currículo oficial das redes de ensino pública e privada da Educação Básica da temática “História e Cultura Africana e afro-brasileira”. Assim, os

conteúdos que se referem a essas temáticas são: o estudo da História da África e dos Africanos; a luta dos negros no Brasil; a cultura negra brasileira; e o negro na formação da identidade nacional, recuperando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas (BRASIL, 2003).

Uma coletânea de artigos publicados pelo Ministério da Educação (MEC), intitulada de “Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03”, debate a racialização na sociedade com o racismo estrutural e a negação epistêmica da história e cultura afro-brasileira devido ao etnocentrismo, assim como a ausência da discussão sobre a diversidade étnica-racial no planejamento escolar (MEC/SECAD, 2005). Nesse contexto, a Lei foi empregada objetivando a valorização da cultura afro-brasileira no processo educativo, o que oportuniza uma infinidade de assuntos para serem debatidos em diversas disciplinas. Porém, a realidade é diferente: os conteúdos frequentemente não são abordados, e quando são tratados, ocorrem de forma fragmentada, geralmente em datas comemorativas, mas não de forma sistematizada na sala de aula (FRAGA; FERNANDES, 2016).

Desenvolver uma educação antirracista é fundamental para a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana que formam a identidade nacional. Sem diminuir a importância da Lei nº 10.639, vale ressaltar que a educação antirracista transcende a aplicação dela, sendo que a escravidão durou 300 anos e terminou há mais de cento e trinta anos, com a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que declarava o fim da escravidão no Brasil (BRASIL, 1988). Um fato historicamente recente, no entanto, o negro ainda é visto pelo imaginário europeu como subalternizado e escravizado. Nota-se essa visão através dos comportamentos discriminatórios das/os alunas/os. Assim, é preciso primeiro reconhecer que o racismo está presente na sociedade e nas escolas para então combatê-lo. De acordo com a pesquisadora Ivy Guedes (2009, 31-2),

Destarte, a adoção de métodos de padronização dos corpos mediante práticas disciplinadoras e seletivas rígidas, oriundas das concepções tecnicistas, de algum modo, definiu padrões de comportamento de submissão daqueles que não correspondiam aos modelos estéticos corporais e a performances físicas solicitadas. Parto destas reflexões para compreender os mecanismos utilizados nas escolas através das aulas de Educação Física que afetaram e discriminaram os menos privilegiados, aqueles em que a diferença foi motivo de seleção e exclusão.

É preciso que a área de Educação Física identifique em que medida práticas pedagógicas não incorrem nas discriminações sobre os corpos negros e como os estigmas são construídos historicamente, considerando a ideia de que pretos não têm inteligência e capacidade cognitiva semelhantes às dos brancos para a prática de algumas modalidades esportivas. Torna-se imperioso rever esses estigmas no sentido de oportunizar a inclusão das diferenças. As identidades negras acabam por serem forjadas diante do racismo e, na escola, muitas crianças são rotuladas por apelidos que as fazem terem baixa autoestima e vergonha dos seus traços negróides. Essas identidades que são marcadas pelas condições sociais e materiais remetem aos corpos negros a serem subjugados e sentenciados à subalternidade.

Portanto, é necessário que a área de Educação Física traga à luz outras histórias sobre o corpo e o movimento. Como diz Ivy Guedes (2009, p. 33-4),

A trajetória histórica dos corpos negros a partir da escravidão revela como e quanto sofreram esses negros ao deixarem para trás suas comunidades, padecendo com a separação de seus familiares e sendo vendidos nos mercados para diferentes “senhores”. A história do povo negro é carregada de emoção e revolta. É preciso destacar, contudo, que os africanos e seus descendentes nunca se conformaram diante da condição de escravos. Os negros, em sua maioria, se rebelaram, lutaram e sofreram com castigos dos mais variados requintes de crueldade, resultantes das fugas e das desobediências.

Tendo em vista a superação do racismo, observa-se que a Lei desafia a realidade porque, quando analisa o conteúdo trabalhado nas aulas, a figura negra é representada frequentemente de forma negativa e inferiorizada. Em nenhum momento, por exemplo, como rei ou rainha, sendo possível perceber essa realidade também em redes privadas de ensino, nas quais quase não há alunos negros nas salas. Essas representações negativas e inferiorizadas dos negros acontecem devido ao eurocentrismo e também pelo embranquecimento da cultura, sendo que o embranquecimento cultural, como afirma Nascimento (2016), configura-se um exemplo de estratégia do genocídio do povo negro, em que as classes dominantes brancas têm o controle social e cultural, sendo o sistema educacional um modo de controle da discriminação cultural. O autor também afirma que a referência ao negro em qualquer espaço educacional afasta e aliena o estudante da identidade negra. Desse modo, a implementação da educação antirracista no currículo escolar tem por esse viés o objetivo de reconhecer as manifestações culturais de matriz africana para aproximar os afro-brasileiros da cultura a qual pertencem.

A busca pela implementação da educação antirracista nas aulas de Educação Física através da Lei n 10.639 sancionada em 2003 ainda é mínima, visto que a Lei estabelece que o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira seja ministrada nas disciplinas de Artes, História e Literatura, excluindo a Educação Física que faz parte da área de Linguagens, assim como Artes e Literatura. Entretanto, a Educação Física deveria ser reconhecida como uma das disciplinas prioritárias para incluir no seu currículo a educação antirracista, tendo em vista que é uma disciplina reconhecida pelos saberes corporais, com o objetivo de debater sobre a corporeidade, bem como em relação às culturas que esse corpo produz, reproduz e cria, como por exemplo, a cultura africana e afro-brasileira. Nesse contexto, a Educação Física escolar como componente curricular obrigatório da Educação Básica (BRASIL, 1996) deve também tomar como responsabilidade o cumprimento da Lei 10.639/03. Cabe aos docentes terem comprometimento, estudo e esforços para colocarem em prática uma educação antirracista de qualidade, visto que a Educação Física pode promover nas aulas a discussão das relações étnico-raciais para o combate ao racismo, como afirmam Pomin e Café (2020, p. 7-8):

Dessa maneira, a Educação Física deve exercer o papel de promotora de condições de visibilidade para as diferentes culturas, gerando o combate a estereótipos racistas étnico-raciais, a promoção da equivalência e o incentivo à mudança de paradigmas sociais segregatórios e branco-cêntricos, problematizando essas questões, promovendo um confronto, e assim, uma superação de ideais que limitam a plena exercitação da cidadania de todos os estudantes, promovendo um debate das relações sociais, tornando cidadãos seres humanos que vivem no Brasil como não-cidadãos.

Assim, a partir das aulas de Educação Física, o aluno desenvolve a criticidade e a reflexão em relação à superação do racismo ao debater nas aulas a cultura africana e problematizar o etnocentrismo que limita o negro à posição de subalternizado. A discussão a favor do rompimento da superioridade racial através da Educação Física é importante para expor a relevância da área em produzir um espaço de debate para a circulação de cultura, como a cultura afro-brasileira e africana, uma vez que a escola, e nela a Educação Física, permite refletir os limites e possibilidades de potencializar a cultura, usufruindo, criando e reinventando as práticas corporais (VAGO, 2009). A implementação da educação antirracista nas escolas, portanto, possibilita ao estudante negro usufruir das culturas africana e afro-brasileira, bem como problematizar e refletir sobre o conceito de raça nas aulas de Educação Física.

## Metodologia

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002, p.44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. É também uma pesquisa de caráter descritivo, cujo objetivo principal é “descrição de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” e “uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como o questionário e a observação sistemática”(GIL, 2002, p. 42).

Esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (2001), aprofunda-se nos mundos das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Para selecionar a amostra do estudo, buscou-se na *internet*, na plataforma *Google Acadêmico*, por publicações que tratassem da educação antirracista. “Educação Física”, “Racismo”, “Educação Antirracista”, e “Cultura afro-brasileira” foram as palavras-chave utilizadas na busca. Foram feitas várias combinações diferentes entre elas, e ficou delimitado que seriam consideradas obras a partir de 2020 para só aí selecionarmos as publicações que interessariam para a produção deste artigo.

Após fazer a seleção das obras a serem utilizadas, fizemos a leitura buscando:

- identificar as informações e os dados constantes no material;
- estabelecer relações entre as informações e os dados obtidos com o problema proposto;
- analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores. Então, montamos um quadro de levantamento das obras contendo: tipo de obra, ano de publicação, autores, título da obra, objetivos e a resposta de cada obra para a pergunta da investigação;
- e, a partir disso, fizemos a análise e discussão das obras.

De modo geral, a leitura das obras se deu a partir de quatro tipos de leitura, com base em Gil (2002): a leitura exploratória do material bibliográfico, que tem por objetivo verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa; a leitura seletiva, em que é necessário ter em mente os objetivos da pesquisa, de forma que



se evite a análise de textos que não contribuam para a solução do problema proposto; a leitura analítica, que é a de ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa; e a Leitura interpretativa, que é a mais complexa, e tem por objetivo relacionar o que o autor afirma com o problema para o qual se propõe uma solução.

### **3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS OBRAS**

Fizemos o levantamento das obras relacionadas a nossa temática e como a Educação Antirracista está presente nas aulas de Educação Física, sendo selecionados seis artigos. Logo abaixo, uma breve análise sobre essas obras, conforme o Quadro 01 a seguir:

#### **Quadro 01 - Levantamento das obras**

<b>TIPO DE OBRA / ANO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>TÍTULO DO ESTUDO / AUTORES</b>	<b>OBJETVO DO ESTUDO</b>	<b>DE QUE FORMA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ESTA PRESENTE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR?</b>
Artigo / 2021	A INFLUÊNCIA DAS MEDIDAS ESCOLARES ANTIRRACISTAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E NA ESCOLA /  Juliano da Silva Leal Franciele Roos da Silva Ilha	O objetivo deste estudo é discutir a relação entre medidas tomadas pela escola em combate ao racismo e suas influências no cotidiano escolar e nas aulas de Educação Física.	A partir de projetos escolares que envolvam os professores, alunos e dirigentes da escola para discutir o racismo, além das intervenções dos professores nas aulas em situações de racismo pelos alunos.
Artigo / 2020	O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA COM A PARCERIA DO PSICÓLOGO /  Nádia Raquel Dutra de Moraes Mourão Elias Barboza de Melo Anibal Monteiro de Magalhães-Neto	Demonstrar que a prática do esporte, por meio da Educação Física e de um auxílio psicológico, se apresenta como possíveis caminhos a serem utilizados pela escola e pela sociedade para se discutir a discriminação no ambiente escolar, podendo ser ainda uma forma de valorização do aluno discriminado.	Por meio da ação de estratégias que envolvem metodologias interdisciplinares e multiprofissionais, e com a visão de que a prática do esporte pode ser capaz de transformar padrões e pensamentos. Também nas atividades que aproximam os alunos e permitem momentos de integração, sociabilidade e reflexão das situações conflituosas vigentes entre os alunos; e reduzindo a preponderância de bullying nas escolas.
Artigo / 2020	Por uma educação física Antirracista /  Carolina Cristina dos Santos Nobrega	Objetivo de discutir a contribuição dos docentes negros de educação física no exercício da pedagogia da diversidade, problematizando as questões da identidade afro-brasileira nas escolas.	Através do processo de incorporação da corporeidade negra e a manifestação do cabelo, a partir dos saberes identitários, políticos e estéticos/corpóreos nas aulas de educação física, aproximando os discentes da temática étnico-racial; questionando o posicionamento das outras disciplinas em relação ao tema.

TIPO DE OBRA / ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DO ESTUDO / AUTORES	OBJETVO DO ESTUDO	DE QUE FORMA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ESTA PRESENTE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR?
Artigo / 2020	O/A PROFESSOR/A DE EDUCAÇÃO FÍSICA EA LEI Nº 10.639/2003: (IN) VISIBILIDADES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA /  Daniele dos Santos Piassarollo Leila Cristiane Finoqueto	identificar possíveis impactos da Lei n. 10.639/2003 nas práticas pedagógicas de quatro professores/as de Educação Física da rede municipal de ensino do Rio Grande/RS.	A partir de apresentações escolares, com o viés da cultura africana, utilizando-se das danças, dos jogos, das lutas, e pesquisas sobre atletas negros.
Artigo / 2020	Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física Para além da Capoeira /  Fabiana Pomin Lucas Santos Café	Promover a presença da Educação Física nas discussões sobre a ERER (Educação para relações étnico-raciais). Saber se os professores de Educação Física que usam a capoeira fazem a partir de perspectiva emancipatória ou estereotipada.	Através de atividades relacionadas com a Lei 10.639, mediante a jogos, brincadeiras, lutas, e dança, individualmente ou em projetos multidisciplinares.
Artigo / 2020	Cultura africana numa perspectiva interdisciplinar: Educação Física na cultura corporal de movimento /  Rubens de Sousa Bravalheri	Descrever uma atividade proposta em um Colégio da rede particular na cidade de Curitiba (PR), de caráter qualitativo, que se utilizou do tema Afrofuturismo para despertar o interesse pelo passado e provocar uma projeção futura sobre a cultura negra como um todo.	Através da dança, como conteúdo a ser vivido através da experiência corporal, no sentido de construção e criação, além de trabalho inter e multidisciplinar para que os alunos possam vivenciar esse conteúdo em diferentes perspectivas.

**Fonte:** Elaboração própria (2022).

Na obra de Leal e Ilha (2021), observa-se que as escolas públicas que atendem à população periférica e que têm alunos majoritariamente negros, vivem diariamente situações de racismos e preconceitos, situações de apelidos ou colegas recusando-se a trabalhar com outro colega por ser negro. Em Mourão e Neto (2020) também é relatado que é comum as situações de racismo nas aulas de Educação Física,

apresentando-se também através dos apelidos, sendo preciso sempre que o professor tome uma atitude e faça uma intervenção.

Percebe-se que a cultura da prevenção da problemática ainda não é presente nas escolas, visto que o velho ditado popular "é melhor prevenir do que remediar" não é posto em prática. Os autores Mourão, Melo e Neto (2020) relatam que os alunos apresentam uma resistência quando ocorre alguma situação nas aulas, no entanto, enquanto não acontece uma reflexão seguida de práticas sociais, como pedidos de desculpas, reconciliações de amizades e um ambiente de respeito mútuo, não se dá prosseguimento nas aulas.

No artigo de Piassarollo e Finoqueto (2020), observou-se que os professores geralmente não possuem a temática incluída no seu cronograma efetivamente como um conteúdo da disciplina, apenas abordam sobre o tema em algumas atividades ou em datas comemorativas, nos quais surge uma oportunidade de destacar algum elemento da cultura africana. Portanto, fica perceptível que requer medidas e iniciativas da Educação Física em relação à inclusão da educação antirracista através de projetos inter e multidisciplinares voltados à valorização da cultura africana, como: apresentações com o viés da cultura africana, das danças, dos jogos, das lutas e a pesquisas sobre atletas negros.

Assim como há muitos alunos negros, identifica-se também muitos professores negros nas escolas públicas. No texto de Nobrega (2020), os professores de Educação Física, todos negros, reconhecem sua negritude e a importância da educação antirracista em debater a diversidade étnica-racial na escola abordando temáticas como corporeidade negra e a manipulação do cabelo na cultura corporal, desconstruindo estereótipos eurocêntricos.

Tudo tem dois lados, e apesar de ter professores que lutam para trabalhar a temática da História Afro-brasileira nas aulas, existem também professores que consideram os apelidos e ataques racistas como brincadeiras, o que caracteriza o racismo velado. Desse modo, é necessária a inclusão do debate da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar para abordar o racismo que inviabiliza a representação positiva do negro na escola e a reflexão sobre os apelidos negativos que os alunos negros recebem no ambiente escolar.

Para Mourão, Melo e Neto (2020), o combate ao racismo nas escolas não é um trabalho apenas da Educação Física, mas também dos coordenadores, diretores, psicólogos e demais servidores. Na realidade, o racismo é um assunto de responsabilidade de todos e não unicamente da escola ou da família. Ensinar a respeitar a todos torna a luta pela igualdade racial mais forte, desconstruindo o mito da democracia racial e ampliando, assim, a discussão além dos muros escolares.

De acordo com os autores, a Educação Física tem um papel fundamental em relação ao combate ao racismo na escola, desde a organização do planejamento do currículo, até a execução do mesmo, de maneira que propicie a visão de todo o contexto que pode ser gerado e debatido pela Educação Física, tal como valores que abordem o combate à discriminação racial e a problemática da convivência com a diversidade étnica-racial presente na escola.

O estudo de Pomin e Café (2020) evidencia a importância da Educação Física abordar tais temáticas, visto que faz a conexão de assuntos, como o conceito de racismo e como combatê-lo a partir das primeiras experiências corporais conscientes da criança na escola, mediada pelo professor. Portanto, deve-se levar em consideração a cultura interiorizada na criança vivenciada no ambiente familiar, sendo que esse corpo já chega na escola com uma visão eurocentrada. Nesse sentido, a Educação Física promove a reflexão crítica sobre a diversidade étnica-racial e o racismo confrontando os paradigmas sociais.

No texto de Piassarollo e Finoqueto (2020), assim como nos demais artigos apresentados na tabela, discute-se a alteração da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996 para a Lei nº 10.639/2003, que inclui nas redes de ensino públicas ou privadas nos níveis de ensino fundamental e médio a obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira. Fica evidente que os professores na sua maioria têm conhecimento sobre a Lei, mas, na sua formação acadêmica, geralmente não são ofertados pela instituição ou pelo governo cursos a respeito das relações étnicas-raciais. Dessa forma, por iniciativa própria, os professores buscam cursos e orientações para incluírem a Lei nº 10.639/2003 nas aulas de Educação Física.

Nobrega (2020) destaca a questão das aulas de Educação Física contribuírem na construção da identidade afro-brasileira dos alunos. Muitos alunos se sentem representados pelas professoras negras, que reconhecem sua negritude. Essas professoras buscaram uma formação em relações étnicas-raciais, já visando debaterem a diversidade racial brasileira, e desenvolver nas aulas uma educação antirracista, com isso almejando o reconhecimento da identidade negra dos/das seus/suas alunos/as.

Leal e Ilha (2021) trazem no seu estudo que a educação antirracista vai estar presente a partir de discussões sobre as questões étnicas-raciais, realização de palestras, confecção de cartazes e conversas sobre o tema. Nota-se que é interessante que a temática seja abordada em conjunto de forma multidisciplinar, de modo que os professores de todas as disciplinas abordem o assunto, mas cada professor escolha sua metodologia. Então, o aluno aprende a partir da visão e direcionamento de todas/os as/os professoras/es, para depois assimilar o conteúdo a fim de utilizar e empregar esse conhecimento adquirido na sua realidade.

Nos estudos de Leal e Ilha (2021), Nobrega (2020), Piassarollo e Finoqueto (2020), Pomin e Café (2020) e Bravalheri (2020), aconselha-se trabalhar com projetos multidisciplinares e interdisciplinares, com outras disciplinas das diversas áreas de conhecimento, para a inclusão do Ensino da História e cultura afro-brasileira e africana no ambiente escolar. Assim, a Educação Física por meio dos conteúdos da Cultura Corporal, como: jogos, danças, ginástica e lutas implementaria a educação antirracista na sua aula, tendo em vista a valorização da cultura africana e o combate ao racismo na escola.

Mourão, Melo e Neto (2020) retratam a contribuição da gincana na implementação da educação antirracista, onde os alunos interagem entre si, dependendo uns dos outros para concluírem as atividades, deixando evidente que todos são importantes e capazes na finalização e conclusão das provas. As características fenotípicas não influenciam no resultado da atividade, e sim a cooperação de todos, bem como dos pais, professores, vizinhos e empresários locais, para a produção de provas e prêmios. Essa atividade tem por objetivo desconstruir

a perspectiva de inferioridade do negro, buscando o respeito e a igualdade dos sujeitos.

O estudo de Nobrega (2020) discute a capoeira no recreio e na reunião com os pais para a valorização da cultura africana e afro-brasileira. Foi discorrido também sobre o cabelo, e o resultado dessa discussão foi a maior parte dos alunos assumindo seus cabelos naturais (cacheados e crespos), desconstruindo a beleza etnocêntrica dos brancos, imposta pela colonialidade que ridiculariza o formato do cabelo dos negros. Esses alunos reconheceram sua identidade negra, debatendo sobre imaginários pedagógicos racistas. Assim, a Educação Física promoveu o debate da cultura negra de forma multidisciplinar, em parceria com outras disciplinas, como Artes e História, através de oficinas pedagógicas com conteúdos curriculares como a dança e outros elementos da cultura corporal, tendo como objetivo debater em sala de aula temas relacionados ao corpo e à identidade dos alunos. Dessa maneira, aconteceu um debate sobre o combate ao racismo, no qual os alunos conheceram a história de resistência afro-brasileira e a importância da valorização da cultura negra.

A obra de Pomin e Café (2020) cita autores que discutem as relações étnico-raciais incluindo a história e a cultura africana através das danças regionais, dos jogos, capoeira, maculelê, samba de roda e futebol. Além disso, a partir de um questionário, constatou-se que a maioria dos professores do colégio se declarou branca, mas que a falta de professores negros não os impedia de abordarem conteúdos que debatem a história e cultura africana na escola, mediante os conteúdos de jogos, lutas e capoeira, com o objetivo de valorizar a diversidade étnico-racial, e superar a percepção de inferioridade do negro como povo escravizado, formando um aluno crítico para discutir questões sociais e combater o racismo existente na sociedade.

Bravalheri (2020) expõe a discussão em sala de aula sobre a cultura africana a partir do tema afrofuturismo, que tem como objetivo fazer com que os alunos reconheçam a cultura africana presente na cultura brasileira através da valorização da literatura, música, moda e filmes. Nesse projeto, cada disciplina tinha uma temática a ser trabalhada, já determinada por trimestre: a Educação Física, ginástica; a História: povos africanos; a Sociologia: raça, etnia, racismo biológico x racismo social

etc. Dessa forma, os projetos interdisciplinares são importantes para aumentar o interesse e a curiosidade do aluno sobre a cultura africana, pois abordam as temáticas que envolvem a educação antirracista e ensinam os alunos a identificarem o racismo para combatê-lo, como também a reconhecer e valorizar a cultura africana, permitindo aos negros uma representatividade positiva.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para a inclusão da educação antirracista nas aulas de Educação Física, ainda percebemos muitas lacunas existentes, visto que a Lei 10.639/03 é desconhecida por grande parte dos professores, o que dificulta o debate dentro da sala de aula para promover a representatividade negra ao abordar conteúdos sobre a cultura africana e afro-brasileira. Além da inclusão da Lei, é preciso debater sobre o racismo estrutural que, muitas vezes, vem disfarçado de brincadeira quando, na escola, por exemplo, uma criança negra é chamada de macaca, de pretinha, de cabelo de pixaim, entre outros diversos apelidos que ridicularizam os traços negróides das crianças e adolescente, e um professor ou responsável presente não repreende a atitude racista e silencia, por afirmar que apelidos como esses não são racistas.

Assim como é preciso debater também o racismo epistêmico, que consiste na ausência de produções acadêmicas de escritores negros devido à desvalorização da capacidade cognitiva e intelectual do negro, principalmente de mulheres negras; bem como nos livros didáticos, com os brancos sempre representados como os heróis e os negros escravizados; sem a presença de personagens históricas negras importantes na construção da história brasileira. Desse modo, é necessária a superação da visão eurocentrada do negro em posição de inferioridade, valorizando a cultura afro-brasileira, expondo a história e a cultura africana antes da diáspora, permitindo, assim, aos alunos negros uma representatividade positiva, uma vez que apresenta personagens históricas negras em ascensão social.

Ao analisar as publicações, percebemos que as práticas pedagógicas que buscam problematizar a cultura africana permanecem na esfera do interesse e/ou



iniciativa particular de cada docente, sendo abordada nas aulas de Educação Física a partir dos conteúdos curriculares da cultura corporal, como ginásticas, danças, jogos e lutas, debatendo o corpo e a identidade negra.

Nos artigos apresentados, observamos que as medidas tomadas e metodologias trabalhadas tiveram bons resultados a longo prazo, e que algumas situações até deixaram de acontecer. No entanto, a superação do racismo é um trabalho contínuo sendo necessários projetos de curto e longo prazo que envolvam a comunidade e a escola para combater as mazelas do racismo muitas vezes praticado sutilmente, a exemplo de eleger as crianças brancas como mais aptas e depreciar atributos das identidades negras.

Para debater a história e cultura africana e afro-brasileira como está previsto na Lei 10.639/03, é necessária a elaboração de projetos interdisciplinares e multidisciplinares para, em conjunto, discutir a visão etnocêntrica e da colonialidade que nega e esquece a história e cultura africana, bem como enaltece a cultura do branco europeu. Assim, as aulas de Educação Física devem ter como objetivo a valorização da cultura africana e da identidade negra no ambiente escolar para a construção de uma educação antirracista. O mesmo compete aos currículos de formação de professoras/es das licenciaturas.

Vivemos outros tempos e há no universo das identidades outras “identidades de gênero” que requerem da educação o respeito e o acolhimento. São tempos em que as licenciaturas precisam reconhecer as diferenças como ponte para saltos em busca de algo perdido em uma sociedade capitalista, que é a concepção de humanidade. As diferenças não podem ser entendidas como inferioridade, mas como existências que compõem a sociedade em que vivemos e que têm os mesmos direitos e deveres de todo cidadão. E como corpos podem ser e estar no mundo de acordo com as suas intenções.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Cadernos Cedex**, ano XIX, nº. 48, p. 82-83 agosto/1999.

Revista inCORPOrAÇÃO, V.1, nº 01, 2023, Feira de Santana, p. 39-57.  
<http://periodicos.uefs.br/index.php/incorporacao/index>

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 31 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Ed. Brasil, 1996.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil. **Lei Nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. BRASÍLIA, DF, 1888. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/lim/lim3353.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lim/lim3353.htm). Acesso em: 31 maio 2021.

BRAVALHERI, R. S. Cultura africana numa perspectiva interdisciplinar: Educação Física na cultura corporal de movimento. Florianópolis: **Motrivivência**, 32 n. 63, P. 01-22, 2020.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação Intercultural**. Mediações necessárias. Dp&A, 2003.

FRAGA, S. O.; FERNANDES, E. V. Influência das aulas de Educação Física em relação à cultura afro-brasileira com alunos da educação básica no município de Jacarezinho – PR. **Cadernos PDE**. v. 1, 2016.

GUEDES, Ivanilde Mattos. **Estética Afirmativa - corpo negro e Educação Física**. Salvador: EDUNEB, 2009.

ILHA, F. R. S; LEAL, J. S. A influência das medidas escolares antirracistas nas aulas de Educação Física e na escola. **BIOMOTRIZ**, v. 15, n. 1, p. 35-47, 2021.

MOURÃO, N. R. D. M.; MELO, E. B.; NETO, A. M. M. O papel da Educação Física no combate à discriminação racial na escola com a parceria do psicólogo. **Psicologia e Saúde em debate**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 119–135, 2020.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NOBREGA, C. C. dos S. Por uma Educação Física antirracista. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S. l.], v. 34, n. Esp., p. 51-61, 2020.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. Belo Horizonte: **Educação em Revista**, v.26, n.01, p.15-40, 2010.

PIASSAROLLO, D. dos S.; FINOQUETO, L. C. O/a professor/a de Educação Física e a Lei nº 10.639/2003: (in) visibilidades na prática pedagógica. **Revista Didática Sistêmica**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 201–213, 2020.

POMIN, F.; CAFÉ, L. S. Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira. Florianópolis: **Motrivivência**, v. 32, n. 63, p. 01-23, 2020.

SILVA, Tomás Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VAGO, T. M. Pensar a Educação Física na escola: para uma formação cultural na infância e na juventude. **Cadernos de Formação RBCE**, v.1, n.1, 2009.

---